

PARECER Nº 43/2024

PROJETO DE LEI Nº 13/2024

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR CLEUBER MICHIRRA

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe *“dispõe sobre a expansão do perímetro urbano da sede do Município de Arinos, em consolidação ao perímetro já estabelecido na Lei Municipal nº 478, de 26 de setembro de 1989, e dá outras providências”*.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, “g” e “h”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa ampliar o perímetro urbano da sede do Município, em consolidação do perímetro estabelecido pela Lei nº 478, de 26 de setembro de 1989.

Na Mensagem de encaminhamento da proposição, o chefe do Executivo destaca a necessidade e relevância da ampliação pretendida. Segundo ele:

O Projeto de Lei em questão foi elaborado com o intuito de atender às demandas crescentes de expansão urbana, visando adequar a área ocupada ao perímetro urbano existente. Além disso, busca-se promover o desenvolvimento urbano ao possibilitar a instalação de novas moradias, estabelecimentos comerciais e impulsionar o progresso do município.

Destaca-se que a expansão do perímetro urbano não apenas atende às demandas de crescimento da população, mas também contribui significativamente para a geração de receitas municipais por meio da individualização das unidades imobiliárias e da cobrança de impostos e taxas pertinentes.

Adicionalmente, a ampliação do perímetro possibilita a organização do crescimento da infraestrutura pública, incluindo a construção de escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), áreas de lazer e demais serviços essenciais para a comunidade.

Quanto à edição do plano diretor, informa o senhor Prefeito que:

É relevante mencionar que, embora o município esteja em processo de estudo para a implementação de um plano diretor, o mesmo encontra-se em fase de tratamento das imagens de satélite provenientes do processo de regularização fundiária, conduzido por empresa privada, conforme previsto no art. 41 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), que estabelece a não obrigatoriedade de elaboração do plano diretor para municípios com população inferior a 20.000 habitantes.

No entanto, ressalta-se que a administração municipal tem como objetivo elaborar o plano diretor em momento oportuno, considerando-o não apenas como uma exigência legal, mas como uma ferramenta fundamental para o ordenamento urbano e o planejamento das futuras gerações.

No caso em questão, a área a ser incluída no perímetro urbano do Município corresponde ao loteamento denominado Terra Parque, no qual residem mais de 400 famílias.

Trata-se de um loteamento criado por particular sem as devidas condições de infraestrutura obrigatórias à realização desse tipo de empreendimento. Essa situação, como pudemos observar na reunião desta Comissão do dia 13/05/2024, da qual participaram alguns moradores do mencionado loteamento, tem gerado vários transtornos às famílias que lá residem.

Naquela reunião, foi-nos relatado pelos moradores que a concessionária de energia elétrica (CEMIG) estava na iminência de suspender o fornecimento de energia ao loteamento em razão de algumas irregularidades constatadas naquele local.

Atualmente, essa área é considerada zona rural, embora esteja situada próxima ao centro da cidade. Como mencionado pelo senhor Prefeito, faz-se necessária a sua inclusão no perímetro urbano do Município, para que se possa promover o seu desenvolvimento com instalação de novas moradias, estabelecimentos comerciais, escolas, unidades básicas de saúde e demais serviços essenciais à comunidade.

Isso atende ao disposto no art. 251 da Lei Orgânica do Município de Arinos, segundo o qual a política urbana do Município terá por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, propiciar a realização da função social da propriedade e garantir o bem-estar de seus habitantes, procurando assegurar, dentre outras, o acesso de todos os seus cidadãos às condições adequadas de moradia, transporte público, saneamento básico, infraestrutura viária, saúde, educação, cultura, esporte e lazer e às oportunidades econômicas existentes no Município.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2024.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2024.

Vereador CLEUBER MICHIRRA
Relator